

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CIDADANIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Ana Paula Esteves de Carvalho

Evanilson Caetano Lima

Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros

Maria Gorete Borges Figueirêdo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre cidadania, extensão universitária e permanência estudantil no ensino superior brasileiro, com foco nas instituições privadas e comunitárias. A metodologia adotada baseia-se em análise documental e na interpretação de dados secundários do Relatório de Permanência e Evasão 2023-2024 da Universidade Católica do Salvador (UCSal), com abordagem descritiva dos principais fatores associados à evasão. A discussão fundamenta-se em autores clássicos, como Bourdieu e Freire, e em estudos contemporâneos sobre democratização do acesso, integração acadêmica e curricularização da extensão. A extensão é apresentada como prática transformadora, capaz de estimular protagonismo, diálogo de saberes e corresponsabilidade social, fortalecendo a cidadania crítica e participativa. O fenômeno da evasão, presente em elevados índices no setor privado, é analisado sob a ótica de fatores financeiros, institucionais e de pertencimento, revelando uma taxa acumulada de desistência de 55% entre ingressantes de 2019 na UCSal. Conclui-se que a articulação entre ações extensionistas e políticas institucionais de permanência é essencial para a criação de uma cultura universitária inclusiva e democrática, capaz de assegurar a formação integral do estudante e o fortalecimento da cidadania ativa. O estudo destaca, portanto, a importância de estratégias integradas que envolvam apoio financeiro, acompanhamento acadêmico e práticas extensionistas para reduzir a evasão e promover a permanência no ensino superior.

Palavras-chave: cidadania. extensão universitária. evasão. permanência estudantil. ensino superior.

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre a universidade no século XXI implica reconhecer os desafios impostos pela globalização, pela intensificação das desigualdades e pela transformação das formas de participação cidadã. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família,

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a universidade, como instituição social, desempenha papel estratégico na consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

A cidadania, tradicionalmente vinculada ao acesso a direitos civis, políticos e sociais, vem sendo ressignificada diante das demandas contemporâneas, exigindo participação ativa, pertencimento e corresponsabilidade (SOUZA, 2019; NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007). Nesse contexto, Paulo Freire (1996) defende que a educação deve ser compreendida como prática da liberdade, capaz de estimular a consciência crítica e o protagonismo social. Complementarmente, Bourdieu (2007) aponta que a permanência e o sucesso educacional são influenciados pelo capital cultural e pelas condições de origem dos estudantes, o que reforça a necessidade de políticas institucionais que enfrentem desigualdades estruturais.

A extensão universitária emerge, nesse cenário, como prática transformadora que articula ensino, pesquisa e ação social, promovendo o diálogo entre saberes e o fortalecimento da cidadania (GOHN, 2010; BRASIL, 2018). Ao mesmo tempo, a evasão estudantil no ensino superior privado apresenta-se como obstáculo à efetivação desse direito, sendo motivada por fatores financeiros, institucionais e de pertencimento (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021; DOURADO, 2020). O caso da Universidade Católica do Salvador (UCSal), onde a taxa de desistência acumulada alcançou 55% entre ingressantes de 2019 (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2024), ilustra a gravidade do problema.

No que tange à abordagem metodológica, este artigo fundamenta-se em análise documental e em dados secundários provenientes do Relatório de Permanência e Evasão 2023-2024 da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Os dados quantitativos e qualitativos foram utilizados de modo descritivo, buscando interpretar tendências e fatores associados à evasão, bem como avaliar práticas institucionais de permanência e extensão implementadas no contexto contemporâneo da educação superior.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar de que maneira as práticas de extensão universitária, articuladas às políticas institucionais de permanência, podem fortalecer a cidadania e contribuir para a transformação do território universitário, sobretudo nas instituições privadas e comunitárias.

2. UNIVERSIDADE, CIDADANIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A universidade, enquanto instituição social, não se limita à produção e transmissão de conhecimentos técnicos, mas se constitui como espaço de formação cidadã e de transformação social. Como destaca Gohn (2010), a universidade deve ser compreendida como locus privilegiado para a produção e socialização do saber, mas também para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir ativamente na realidade. Nessa perspectiva, a educação superior deve responder aos desafios contemporâneos, que incluem a ampliação da participação democrática, a valorização da diversidade e a efetivação de direitos em sociedades profundamente desiguais.

O conceito de cidadania, tradicionalmente vinculado ao acesso a direitos civis, políticos e sociais, passou por um processo de resignificação nas últimas décadas. Para além do gozo de direitos formais, a cidadania contemporânea implica participação ativa, sentimento de pertencimento e corresponsabilidade social (SOUZA, 2019). Neves, Raizer e Fachinetto (2007) ressaltam que o exercício pleno da cidadania no ensino superior depende da articulação entre acesso, permanência e equidade, reconhecendo a diversidade dos perfis estudantis.

No contexto universitário, o conceito de território ultrapassa o espaço físico da instituição, abrangendo o conjunto de relações, identidades e práticas que caracterizam a comunidade acadêmica e seu entorno social e cultural. Entender o território como espaço de convivência, pertencimento e transformação permite reconhecer a relevância das ações extensionistas voltadas para a comunidade local, promovendo não apenas impactos educacionais, mas também sociais e culturais. Assim, a extensão universitária assume papel relevante ao promover o diálogo entre universidade e território, estimulando a construção coletiva de soluções para desafios regionais e fortalecendo a cidadania ativa em diferentes dimensões.

Nesse sentido, a educação superior deve ser compreendida como direito social fundamental, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal, que a define como instrumento para o desenvolvimento integral da pessoa e para o preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). Como lembra Gorczewski e Tauchen (2008), educar para a cidadania significa despertar a consciência crítica

sobre direitos e deveres, promovendo a participação política e a resistência a práticas autoritárias.

Entretanto, os desafios contemporâneos revelam a persistência de barreiras que limitam a consolidação de uma cidadania plena. Bourdieu (2007) aponta que a reprodução das desigualdades educacionais ocorre a partir do capital cultural e social herdado, impactando diretamente as trajetórias dos estudantes. Nesse cenário, a democratização do acesso, impulsionada por programas como o ProUni e o FIES, precisa ser acompanhada por políticas institucionais de permanência, capazes de assegurar condições reais de inclusão e sucesso acadêmico (SAMPAIO, 2000; DOURADO, 2020).

A universidade contemporânea, portanto, é chamada a criar espaços de diálogo, a valorizar a diversidade e a fortalecer sua função social. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, amplia-se sua capacidade de formar cidadãos críticos e participativos, capazes de enfrentar os desafios da globalização, da exclusão social e da instabilidade democrática.

2.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA

A extensão universitária consolidou-se, nas últimas décadas, como dimensão essencial do fazer acadêmico, ao integrar ensino, pesquisa e ação social em um processo dialógico que aproxima a universidade da sociedade. Para Gohn (2010), a extensão é um espaço de interação que possibilita a construção coletiva do conhecimento e a transformação social, estimulando a formação de sujeitos críticos e participativos. Essa perspectiva rompe com concepções assistencialistas do passado, reafirmando a universidade como agente social comprometido com a promoção da cidadania.

A Política Nacional de Extensão Universitária e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 representaram marcos importantes ao instituir a curricularização da extensão como requisito obrigatório nos cursos de graduação (BRASIL, 2018). Tal medida reconhece o potencial transformador da extensão, ao inserir estudantes em experiências práticas que dialogam com as demandas sociais e fortalecem seu protagonismo. Como destacam Silva e Santos (2020), a vivência extensionista favorece a formação cidadã, ao estimular o compromisso ético e político com a transformação da realidade.

Entretanto, os desafios contemporâneos exigem que a extensão se reinvente diante das rápidas mudanças tecnológicas, da complexidade dos problemas sociais e do agravamento das desigualdades estruturais. A globalização, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação, intensifica a exclusão e impõe à universidade a tarefa de desenvolver práticas extensionistas interdisciplinares, inclusivas e comprometidas com a diversidade cultural (SOUZA, 2019).

A extensão universitária também desempenha papel estratégico na articulação com políticas públicas e movimentos sociais, fortalecendo a cidadania em suas múltiplas dimensões: social, ambiental, digital e fiscal. Ao integrar diferentes saberes e práticas, ela amplia as possibilidades de desenvolvimento sustentável, inovação social e justiça democrática (LIMA; ALMEIDA; SOUZA, 2017). Como lembra Freire (1996), a educação deve ser concebida como prática dialógica e emancipatória, na qual ninguém educa ninguém isoladamente, mas todos se educam em comunhão.

Mais do que uma atividade complementar, a extensão deve ser entendida como espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual estudantes, docentes e comunidades compartilham saberes e constroem soluções para problemas concretos. Assim, ela se consolida como prática transformadora, capaz de promover inclusão, estimular o protagonismo social e contribuir para a formação integral de cidadãos comprometidos com a democracia e a justiça social.

2.2 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: DESAFIOS À CIDADANIA

A evasão estudantil no ensino superior privado brasileiro é um fenômeno complexo e multifacetado, que compromete não apenas a sustentabilidade das instituições, mas sobretudo a efetivação do direito à educação e da cidadania plena. O Censo da Educação Superior de 2023 revelou que o setor privado concentra 79,3% das matrículas no país, ao mesmo tempo em que apresenta os índices mais elevados de abandono, especialmente entre estudantes de cursos presenciais e licenciaturas (INEP, 2024). Esse quadro reflete a vulnerabilidade estrutural de grande parte dos discentes, marcada por desigualdades socioeconômicas e pela insuficiência de políticas de permanência.

Embora os fatores financeiros sejam apontados como principais motivos para a evasão, eles não esgotam o problema. Pesquisa realizada na Universidade Católica do Salvador (UCSal) mostrou que 61% dos casos de abandono entre 2019

e 2024 estavam relacionados a dificuldades econômicas, mas outros aspectos, como falta de pertencimento, dificuldades de adaptação, ausência de acolhimento institucional e sentimentos de isolamento, também se destacaram como determinantes (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2024). Essa realidade confirma o que Coimbra, Silva e Costa (2021) já haviam identificado: a evasão é resultado de múltiplos fatores interligados — econômicos, acadêmicos, institucionais e pessoais.

Autores como Bourdieu (2007) ajudam a compreender esse fenômeno ao destacar que as desigualdades educacionais são reproduzidas por meio do capital cultural, social e econômico, que influencia diretamente as trajetórias acadêmicas. Assim, muitos estudantes das camadas populares, mesmo após ingressar no ensino superior via políticas públicas como ProUni e FIES, encontram barreiras para permanecer e concluir seus cursos (SAMPAIO, 2000; DOURADO, 2020).

Nesse sentido, a permanência estudantil deve ser compreendida como condição essencial para a cidadania ativa. Dubet (2015) ressalta que a integração acadêmica é fundamental para que o estudante se reconheça como parte da comunidade universitária, fortalecendo vínculos institucionais e reduzindo as chances de abandono. Experiências como o Comitê de Permanência e o Centro de Escuta da UCSal confirmam a relevância de políticas institucionais de acolhimento, acompanhamento psicossocial e tutoria, capazes de identificar precocemente situações de risco e construir soluções conjuntas com os estudantes.

Portanto, a evasão no ensino superior privado deve ser enfrentada por meio de estratégias integradas que combinem apoio financeiro, acompanhamento acadêmico, escuta ativa e valorização da diversidade estudantil. Somente com políticas robustas e compromisso institucional será possível transformar o ingresso em permanência e o acesso em efetivo exercício da cidadania.

2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE EXTENSÃO E PERMANÊNCIA: CAMINHOS POSSÍVEIS

A integração entre políticas de permanência estudantil e práticas extensionistas constitui um dos caminhos mais promissores para o fortalecimento da cidadania no ensino superior. A extensão universitária, ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, estimula o protagonismo estudantil, a consciência

crítica e o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica (GOHN, 2010; SILVA; SANTOS, 2020). Quando articulada às estratégias institucionais de apoio financeiro, psicossocial e pedagógico, ela potencializa a permanência e amplia as condições de inclusão e sucesso acadêmico.

Exemplos concretos dessa articulação podem ser observados em projetos extensionistas que promovem mentorias entre estudantes veteranos e ingressantes, oficinas formativas abertas à comunidade e parcerias com organizações locais para diagnóstico e intervenção em problemas sociais específicos. Tais iniciativas favorecem o sentimento de pertencimento, ajudam a reduzir o isolamento estudantil e ampliam a compreensão dos estudantes acerca de seu papel como agentes de transformação do território universitário e de seu entorno, impactando positivamente os índices de permanência.

Freire (1996) lembra que a educação é um processo dialógico e emancipador, no qual ninguém se educa isoladamente, mas em comunhão com o outro. Nessa perspectiva, a participação em projetos extensionistas contribui para que os estudantes construam vínculos sólidos com a universidade, reduzindo a sensação de isolamento frequentemente associada à evasão (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021). Além disso, ao possibilitar experiências práticas em comunidades, a extensão reforça o valor social da formação acadêmica, conectando-a às demandas concretas da sociedade.

Outro aspecto relevante diz respeito à valorização da diversidade. As ações extensionistas, ao reconhecer e respeitar diferentes identidades e saberes, promovem uma cultura universitária inclusiva e plural, fundamental para a permanência de estudantes de trajetórias heterogêneas (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007). Essa dimensão se torna ainda mais importante em instituições privadas e comunitárias, como a UCSal, que recebem um público diverso em termos socioeconômicos, culturais e geracionais.

A articulação entre extensão e permanência também se fortalece pelo uso de metodologias participativas, como pesquisa-ação, mapeamento comunitário e tecnologias sociais. Essas práticas não apenas estimulam a corresponsabilidade dos estudantes, como também desenvolvem competências essenciais para o exercício da cidadania ativa, como liderança, trabalho em equipe e resolução de conflitos (LIMA; ALMEIDA; SOUZA, 2017).

Por fim, é fundamental que as instituições de ensino superior assumam o compromisso de integrar a extensão às políticas de permanência de forma sistemática. Isso implica investir em ações de acolhimento, acompanhamento acadêmico, apoio socioeconômico e escuta ativa, articuladas a experiências extensionistas que promovam diálogo, inclusão e transformação social. Assim, a universidade poderá não apenas reduzir os índices de evasão, mas também consolidar-se como espaço formador de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a justiça social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a consolidação da cidadania no ensino superior brasileiro depende da articulação entre extensão universitária e políticas de permanência. A extensão, ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, estimula a participação ativa, a corresponsabilidade e o protagonismo social, configurando-se como prática transformadora e essencial à formação integral do estudante (GOHN, 2010; FREIRE, 1996). Por sua vez, a permanência estudantil representa condição fundamental para que o ingresso se traduza em efetivo exercício do direito à educação, enfrentando barreiras financeiras, institucionais e de pertencimento (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021; DOURADO, 2020).

O caso da Universidade Católica do Salvador (UCSal), marcado por índices elevados de evasão entre ingressantes, ilustra a complexidade desse fenômeno e reforça a necessidade de políticas institucionais integradas, capazes de unir acolhimento, apoio socioeconômico e experiências extensionistas. Como demonstram Neves, Raizer e Fachinetto (2007), o acesso por si só não garante a democratização da educação superior; é preciso assegurar equidade e condições de permanência.

Ao integrar práticas extensionistas às estratégias de permanência, a universidade amplia sua função social e fortalece sua identidade como espaço de construção de uma cidadania crítica, inclusiva e participativa. Nesse processo, a curricularização da extensão, prevista na Resolução CNE/CES nº 7/2018, representa um avanço importante ao institucionalizar a formação cidadã como parte indissociável da graduação (BRASIL, 2018).

Conclui-se, portanto, que enfrentar os desafios da evasão e da exclusão requer mais do que ações pontuais: exige um compromisso ético-político das instituições de ensino superior com a promoção da justiça social, da diversidade e da democracia. A universidade, ao articular ensino, pesquisa, extensão e políticas de permanência, cumpre sua função social de formar sujeitos críticos e comprometidos com a transformação da realidade, consolidando-se como espaço de resistência e esperança frente às desigualdades contemporâneas.

À luz das análises desenvolvidas, recomenda-se que as instituições de ensino superior:

- Desenvolvam programas extensionistas com foco em intercâmbio entre cursos e comunidades do território, valorizando saberes locais e práticas inovadoras;
- Instituem sistemas de tutoria e acompanhamento psicossocial voltados para públicos vulneráveis;
- Fomentem práticas participativas de gestão acadêmica, incluindo estudantes em fóruns decisórios sobre permanência e extensão;
- Promovam avaliações periódicas de impacto dos projetos extensionistas, fortalecendo a cultura do monitoramento e da melhoria contínua das práticas institucionais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a curricularização da extensão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e228764, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764>. Acesso em: 28 jun. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. PNE, Políticas e Gestão da Educação: novas formas de organização e privatização. IN: DOURADO, L. F. PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. Organizador, (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020. p.10-33 . Disponível em:

<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/PNE-politica-s-e-gestao-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf> Acesso em: 28 jun. 2025.

DUBET, François. O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, v.45, n.157, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

GORCZEWSKI, Clovis; TAUCHEN, Gisela. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, Katia Silva.; ALMEIDA, Maria Inês.; SOUZA, Maria da Silva. Extensão universitária e cidadania: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 8, n. 1, p. 51-60, 2017.

NEVES, Clarice; Raizer, Leandro; Fachinetto, Rochele. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun., 2007, p. 124-157. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/JDyQXmQ5YrWTZV9CQ8tYDcd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2025

SAMPAIO, Helena. Ensino superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade e trabalho docente: entre a tradição e a inovação. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Ana Paula; SANTOS, Ricardo Oliveira. Curricularização da extensão universitária: desafios e perspectivas para a formação cidadã. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 11, n. 2, p. 110-120, 2020.

SOUZA, Maria Regina. Extensão universitária e cidadania: práticas e desafios no contexto contemporâneo. Cadernos de Extensão, v. 5, n. 1, p. 70-85, 2019.
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSal). Relatório de Permanência e Evasão 2023-2024. Salvador, 2024. Documento interno.

ISSN 1676-3459

REVISTA VERITATI

ISSN 1676-3459

REVISTA VERITATI